

Povoação Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Povoação Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Povoação Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Povoação Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

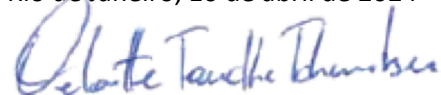
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

POVOAÇÃO ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	37.972	195.682	Fornecedores	13	21.060	195.388
Clientes	6	92.374	124.321	Tributos a Recolher	14	18.375	17.679
Tributos a Recuperar	7	4.383	27.235	Obrigações Setoriais		5.663	1.941
Estoques	8	2.641	2.159	Contingências		-	11.621
Despesas Antecipadas	9	91.915	2.821	Partes Relacionadas	16	-	60.000
Instrumento financeiro Derivativo	10	-	398.338	Outros Passivos		5.943	2.759
Outros Créditos		1.143	407			51.041	289.388
		<u>230.428</u>	<u>750.963</u>				
				NÃO CIRCULANTE			
				Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.a	31.289	338.806
				Outros Passivos		116	173
						31.405	338.979
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
NÃO CIRCULANTE				Capital Social		293.800	293.800
Despesas Antecipadas	9	90.850	-	Reserva de Lucro		189.460	2.410
Instrumento Financeiro Derivativo	10	-	517.753	Outros Resultados Abrangentes		-	633.122
Imobilizado	11	286.883	297.324	Dividendos Adicionais Propostos		72.631	25.743
Intangível	12	30.176	17.402			555.891	955.075
		<u>407.909</u>	<u>832.479</u>				
TOTAL DO ATIVO		<u><u>638.337</u></u>	<u><u>1.583.442</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>638.337</u></u>	<u><u>1.583.442</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

POVOAÇÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida	18	1.065.828	452.524
Custos dos Serviços Prestados	19	<u>(200.910)</u>	<u>(248.667)</u>
Resultado bruto		864.918	203.857
Despesas Gerais e Administrativas	20	(7.872)	(122.442)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>857.046</u>	<u>81.415</u>
Receita Financeira		12.765	6.096
Despesa Financeira		(9.215)	(7.639)
Resultado Financeiro	21	<u>3.550</u>	<u>(1.543)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>860.596</u>	<u>79.872</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	15.b	(124.021)	(19.052)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	15.b	(18.637)	(12.670)
Lucro líquido do exercício		<u>717.938</u>	<u>48.150</u>
Lucro por Ação (Básico e diluído) – em R\$		2,444	0,164

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

POVOAÇÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>717.938</u>	<u>48.150</u>
Outros resultados abrangentes			
Itens reclassificados ao resultado			
Variação de valor justo de Hedge		(656.933)	1.129.400
Reclassificação de Hedges para o resultado		<u>(302.343)</u>	<u>(342.358)</u>
		(959.276)	787.042
(-) Impostos diferidos sobre a variação do Hedge		<u>326.154</u>	<u>(267.594)</u>
TOTAL DOS OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	17.e	<u>(633.122)</u>	<u>519.448</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		<u><u>84.816</u></u>	<u><u>567.598</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

POVOAÇÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Capital Social	Reservas de Lucros			Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Outro Resultado Abrangente	Total
		Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	199.200	3	-		41	-	113.674	312.918
Pagamento de Dividendos Adicionais	-	-	-		(41)	-	-	(41)
Pagamento de Dividendos Intercalares	-	-	-		-	(8.564)	-	(8.564)
Integralização de Capital	154.600	-	-		-	-	-	154.600
Redução de Capital	(60.000)	-	-		-	-	-	(60.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-		-	48.150	-	48.150
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-		-	-	519.448	519.448
Destinação de Lucro:								
Constituição de Reserva Legal	-	2.407	-		-	(2.407)	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-		-	(11.436)	-	(11.436)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-		25.743	(25.743)	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	293.800	2.410	-		25.743	-	633.122	955.075
Pagamento de Dividendos Adicionais	-	-	-		(25.743)	-	-	(25.743)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-		-	717.938	-	717.938
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-		-	-	(633.122)	(633.122)
Destinação de Lucro:								
Constituição de Reserva Legal	-	35.897	-		-	(35.897)	-	-
Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	151.153		-	(151.153)	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-		-	(132.722)	-	(132.722)
Pagamento de Dividendos Intercalares	-	-	-		-	(325.535)	-	(325.535)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-		72.631	(72.631)	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	293.800	38.307	151.153		72.631	-	-	555.891

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

POVOAÇÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício		717.938	48.150
Ajustes por:			
Depreciação do imobilizado	11	8.646	3.804
Amortização do intangível	12	818	9
Baixa de bens do ativo imobilizado	11	4.940	-
Amortização compensação financeira	9a	30.284	-
IR e CS Diferido	15.b	18.637	12.652
Juros sobre arrendamento mercantil		33	65
Provisão para Contingências		-	11.621
		<u>781.296</u>	<u>76.301</u>
(+/-) Variações nos Ativos e Passivos:			
Clientes	5	31.947	(124.321)
Estoque	8	(482)	(2.159)
Tributos a recuperar	7	22.852	(27.197)
Despesas antecipadas	9	(210.228)	(2.821)
Outros créditos		(737)	(400)
Fornecedores	13	(174.328)	195.326
Tributos e contribuições sociais a recolher	14	120.441	17.990
IRPJ e CSLL pagos	14	(119.745)	(335)
Outros passivos		(4.681)	4.843
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		<u>446.335</u>	<u>137.227</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado	11	(3.145)	(104.949)
Aquisições de ativo intangível	12	(13.592)	(17.411)
Caixa Líquido Aplicado das Atividades de Investimentos		<u>(16.737)</u>	<u>(122.360)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de capital		-	154.600
Redução de capital	16	(60.000)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.h	(132.722)	(11.450)
Dividendos adicionais pagos	17.h	(25.743)	(8.564)
Dividendos intercalares pagos	17.h	(325.535)	(41)
Pagamento/Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	10.1.c	(43.186)	74.535
Pagamento arrendamento		(122)	-
Juros capitalizados de derivativos		-	(31.350)
Caixa Líquido (Aplicado) Proveniente nas Atividades de Financiamentos		<u>(587.308)</u>	<u>177.730</u>
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u><u>(157.710)</u></u>	<u><u>192.597</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		195.682	3.085
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		37.972	195.682

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

POVOAÇÃO ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Povoação Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Seu controlador é o BTG Pactual Holding Participações S.A.

A Companhia foi constituída em 18 de agosto de 2021 e através da Resolução autorizativa nº 10.875 de 05/11/2021 quando obteve a autorização de implantar e explorar a Central Geradora Termelétrica - UTE Povoação 1, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada no município de Linhares, no estado do Espírito Santo.

Em outubro de 2021, a Povoação Energia S.A., sagrou-se vencedora do Leilão para Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) nº 1/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), firmando o Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 446/2021 com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para o fornecimento de energia e sendo o período de contrato de 1º de maio de 2022 até 31 de dezembro de 2025.

A termelétrica é composta de 8 unidades geradoras, totalizando 75 MW de potência instalada, e 72 MW médios de garantia física de energia, utilizando gás natural como combustível.

O gás utilizado na operação é fornecido pela Petrobras e recebido por meio do contrato assinado com a distribuidora de gás natural estadual, Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás), com consumo estimado de 400.000m³/dia.

A energia gerada pela UTE é distribuída por meio de linha de transmissão com 57 km de extensão, em 138 kV, para a interligação da UTE Povoação 1 à SE (subestação) da EDP Espírito Santo Distribuidora de Energia S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

A operação e manutenção da Usina é realizada pela Linhares Geração S.A., conforme contratos de Manutenção e Operação (O&M) e de Compartilhamento das Instalações (CCI).

O Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) iniciou as atividades operacionais em 23 de julho de 2022.

Em 26 de setembro de 2023, através do Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva - CER nº 446/21, refletiu as disposições firmadas no Termo de Autocomposição celebrado entre a Povoação Energia S.A., a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o Tribunal de Contas da União - TCU, no âmbito do Procedimento de Solução Consensual, TC nº 006.252/2023-0, no qual deixou de ter a obrigação de entrega de energia associada à inflexibilidade contratual e passou a operar por disponibilidade do Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS).

A mudança contratual teve como o principal mecanismo a redução dos custos do Contrato de Energia de Reserva (CER) e, conseqüentemente, o beneficiamento do consumidor final.

Com o aditivo do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) nº 446/21, houve a necessidade de renegociar o contrato de compra de gás natural liquefeito com a Petrobras para a modalidade flexível, pois a contratação original previa a distribuição de 400.000 m³ de gás diário. No rearranjo contratual, a Petrobras executou as cláusulas legais definidas no contrato, aplicando a compensação financeira no valor de R\$211.984, totalmente quitada em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 9.

Com o regime de energia flexível, a Companhia mantém o seu comprometimento com o meio ambiente, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera pois a modalidade de inflexível o consumo de gás natural liquefeito era de 400.000 m³/diário. A Companhia dedica-se a desenvolver pesquisas acadêmicas para o beneficiamento dos seus motores com fontes renováveis, pois o objetivo é preservar o gás natural liquefeito que é limitado na natureza.

Os bens da Companhia não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que será encerrado em novembro de 2056.

A Companhia usufrui de benefícios fiscais estaduais no Estado do Espírito Santo, conforme as seguintes especificações: diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado; redução de carga tributária efetiva nas aquisições internas de gás natural liquefeito, conforme cláusula 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 046/2021. No âmbito federal, a Companhia é titular de empreendimentos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ao qual suas atividades pertencem aos setores de economia considerados como prioritários para o desenvolvimento regional, a Companhia usufrui do incentivo de redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica IRPJ e adicionais não restituíveis, na modalidade de implantação, que promove a fruição do benefício fiscal por 10 anos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a Lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 10 de abril de 2024.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem o maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a) Perda (“impairment”) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia analisou e não identificou nenhum indicativo de “impairment”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48/IFRS 9, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o ativo tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(iii) Mensurados ao custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(iv) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou nenhuma perda ("impairment") a ser reconhecido no resultado do exercício.

Passivos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para assegurar suas exposições ao CDI, visto que nossas operações são mantidas e atualizadas pelo IPCA. Ademais, até 08/2023, a Companhia detinha operação em Hedge para assegurar o valor do gás natural liquefeito (insumo da operação), atualizados pelo ticker do JKM (Japan, Korea, Marker).

As operações em Hedge para assegurar o valor do gás natural, foram descontinuadas, quando da assinatura do Termo Aditivo do Contrato de Energia de Reserva - CER 446/21, que transformou a operação contratual de inflexível para flexível. A alteração na modalidade do Contrato de Energia de Reserva, exigiu a renegociação no contrato de compra de gás com a Petrobras, passando o consumo obrigatório de 400.000M3 de gás diário para demandas de disponibilidade.

Com o rearranjo do contrato com a Petrobras, os instrumentos financeiros derivativos, como swaps de moeda e contratos a termo de commodity, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos das variações de preço da commodity, respectivamente, foram descontinuados, pois deixou-se de existir a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de Hedge.

Em 09/2023, as operações de Hedge foram liquidadas e registradas, bem como, registradas ao resultado do exercício as parcelas de ganho e perdas das operações que estavam classificadas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

3.3. Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (impairment). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda esperada, se necessária.

3.4. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

3.5. Imobilizado

Compreendem o custo de construção da usina termelétrica, o terreno, as máquinas e os equipamentos, os custos financeiros e os custos gerais com a construção da planta.

O imobilizado da usina termelétrica é depreciado considerando a vida útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 35 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente, 10 anos para móveis e utensílios e 5 anos para os demais bens.

O contrato de arrendamento, tratado como mercantil operacional, a depreciação aplicada é de 5 anos, tempo definido no contrato de locação.

3.6. Intangível

Compreende os gastos incorridos com software para os equipamentos de informática cuja amortização é de 20% ao ano e do ativo regulatório que registra a prorrogação do contrato pelo Despacho ANEEL nº 1.873/2022 referente a 10 dias de faturamento a ser recebido no final do contrato firmado no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS).

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente para qual não identificamos indícios de impairment.

3.8. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.10. Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

3.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa para contribuição social e sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, provê a Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração, iniciando em 2023 e finalizando em 2032.

3.12. Arrendamento

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo líquido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos membros do Conselho de Administração em reunião.

3.15. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor da prestação de serviço de geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizadas pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado com base nos valores estabelecidos no CER (Contrato de Energia Reserva) o qual é reajustada pelo IPCA em novembro de cada ano.

3.16. Novas Normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alteração em pronunciamentos contábeis em vigor

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 17/CPC 50: Contratos de Seguros	Alterações decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguros.	01/01/2023
IAS 1/CPC 26 e "IFRS Practice Statement 2 - Making Material Judgements"	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
IAS 8/CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
IAS 12/CPC 32	Alteração na contabilização do imposto diferido em transações de arrendamento e obrigações de desativação.	01/01/2023

As alterações em pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2024

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/CPC 26	Classificação de Passivos como Circulantes e Não Circulantes	01/01/2024
CPC 06/IFRS 16	Contabilização de leaseback.	01/01/2024
CPC 40/IAS 7/IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros.	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento, não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

(i) Risco de crédito

A Companhia sagrou-se vencedora do 6º leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e firmou o Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 446/2021 diretamente com o Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), envolvendo a totalidade de sua energia gerada. No CER, o pagamento por parte do Ministério de Minas e Energia (MME) à Companhia está atrelada ao seu desempenho e consequente cumprimento das obrigações no CER, tal como a garantia de geração e de disponibilidade. No entanto, em se tratando de regime regulado, existem previsões no CER que incluem multas, juros e correção monetária, bem como implicações negativas no setor, no caso de a CCEE descumprir suas obrigações perante a Companhia. A Companhia não possui histórico de inadimplência com os seus clientes.

(ii) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

(iii) Risco de taxas de juros

A Companhia não está exposta ao risco em que uma variação de taxa de juros gere um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

A Receita do contrato de Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) é indexado pelo IPCA.

(iv) Valorização dos instrumentos de ativos e passivos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos de ativo e passivos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, debêntures e empréstimos.

Os valores registrados no ativo têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e/ou avaliação:

Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Despesas antecipadas

A despesa antecipada refere-se ao direito de recebimento da Companhia, uma vez que é um direito e possui potencial para produzir benefícios econômicos através do recebimento em caixa resultante de evento passado que é o contrato firmado.

O surgimento se dá pela entidade executar e transferindo bens ou serviços para um cliente antes que a consideração seja paga ou antes do vencimento do pagamento.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo através do resultado e pelos outros resultados abrangentes.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuar a oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo condizente com outras sociedades do setor. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total da dívida, de qualquer natureza, isso é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices do endividamento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumarizados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Montante Total de Dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	82.446	628.367
Total do Patrimônio Líquido	<u>555.891</u>	<u>955.075</u>
Índice de Alavancagem Financeira	<u>0,15</u>	<u>0,66</u>

4.3. Ativos e passivos financeiros por categoria

	<u>31/12/2023</u>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Ativos Financeiros</u>		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalente de caixa	37.972	37.972
Clientes	92.374	92.374
Despesas Antecipadas	<u>181.700</u>	<u>181.700</u>
	<u>312.046</u>	<u>312.046</u>
<u>Passivos Financeiros</u>		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Fornecedores	<u>21.060</u>	<u>21.060</u>
	<u>21.060</u>	<u>21.060</u>
	<u>31/12/2022</u>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Ativos Financeiros</u>		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalente de caixa	195.682	195.682
Clientes	<u>124.321</u>	<u>124.321</u>

	<u>320.003</u>	<u>320.003</u>
<u>Passivos Financeiros</u>		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Fornecedores	195.388	195.388
Partes relacionadas	<u>60.000</u>	<u>60.000</u>
	<u>255.388</u>	<u>255.388</u>

4.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve ativos e passivos financeiros alocados ao Nível 3 nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

4.5. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2023.

2023

<u>Premissas</u>	<u>Efeitos das contas sobre o resultado</u>	<u>Saldo</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário</u>	
				<u>atual</u>	<u>Cenário II</u>
CDI	Aplicações financeiras	37.927	3.422	4.563	5.703

2022

<u>Premissas</u>	<u>Efeitos das contas sobre o resultado</u>	<u>Saldo</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário</u>	
				<u>atual</u>	<u>Cenário II</u>
CDI	Aplicações financeiras	195.621	18.163	24.218	30.272

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	8	9
Banco	37	52
Aplicação financeira - Compromissada - CDB/LCA (a)	37.927	195.621
	<u>37.972</u>	<u>195.682</u>

(a) As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, possuem liquidez imediata, não possuem vencimentos e não possuem risco de variação significativa do valor, em caso de resgate antecipado.

6. CLIENTES

Engloba a receita de disponibilidade e geração de energia até 31 de dezembro de 2023 e de 2022, contabilizada com base no regime de competência.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecimento Energia de Reserva - PCS (a)	88.018	124.321
Receita de Venda no Mercado de Curto Prazo	4.356	-
	<u>92.374</u>	<u>124.321</u>

(a) Redução da receita do Contrato de Energia de Reserva (CER) decorrente da mudança na modalidade estabelecida no Termo do Aditivo assinado em 26 de setembro de 2023, onde passou de inflexível para flexível (disponibilidade).

A Companhia não possui perda esperada, pois todo saldo é liquidado em até 45 dias.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado (a)	4.353	10.822
Crédito de PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima (b)	-	16.398
IRPJ Saldo Negativo	28	13
Outros	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>4.383</u>	<u>27.235</u>

(a) Crédito de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado

A Companhia mantém o controle dos créditos a recuperar de PIS e COFINS sobre bens adquiridos e serviços tomados no decorrer dos anos e, com isso, foram utilizadas partes destes em 2023.

(b) Crédito de PIS e COFINS sobre matéria-prima

A Companhia mantém o controle sobre os créditos a recuperar de PIS e COFINS que foram calculados sobre os custos utilizados diretamente na operação e manutenção da usina termelétrica, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003. E em 2023, foram todos compensados.

8. ESTOQUES

Correspondem a itens para a manutenção e conservação das máquinas e equipamentos da Companhia no valor de R\$2.641, (R\$2.159 em 31 de dezembro de 2022).

9. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compensação financeira (a)	181.700	-
Fiança	615	-
Seguros	<u>450</u>	<u>2.821</u>
	<u>182.765</u>	<u>2.821</u>
Circulante	91.915	2.821
Não Circulante	90.850	-

(a) Com a celebração do Termo de Autocomposição entre a Companhia, a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o Tribunal de Contas da União - TCU, no âmbito do Procedimento de Solução Consensual TC nº 006.252/2023-0, a companhia firmou distrato de fornecimento de gás natural liquefeito, na modalidade inflexível, com a Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.) gerando uma compensação financeira, na qual foi analisada e negociada no Aditivo do Contrato de Energia de Reserva - CER Nº 446/21, que possui a vigência até 10/01/2026, dessa forma, a Companhia receberá, através de receita fixa, o custo da compensação financeira e será amortizada ao resultado de 28 meses. De acordo com o IFRS 9, o direito de recebimento atende a definição de ativo, uma vez que é um direito que possui potencial para produzir benefícios econômicos através do recebimento em caixa. O recebimento é um direito de consideração incondicional, ou seja, somente a disponibilidade é necessária antes que o pagamento dessa consideração seja devido.

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Apropriação</u>	<u>31/12/2023</u>
Compensação financeira (a)	-	211.984	(30.284)	181.700
	-	211.984	(30.284)	181.700

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Até 26 de setembro de 2023, a Companhia estava exposta a riscos de câmbio e de variação do JKM relacionados ao compromisso firme decorrente do contrato de fornecimento de gás natural liquefeito, gerenciados com instrumentos derivativos.

Em setembro de 2023, o contrato de fornecimento de energia passou da modalidade de inflexível para flexível (disponibilidade), deixando de ter a obrigação do consumo diário do gás e, conseqüentemente, a exposição de risco para a satisfação do desempenho do contrato.

10.1. Derivativos designados como instrumentos de Hedge

a) Risco de preço de hedge e de JKM

A Companhia possuía um contrato inflexível de compra de gás natural liquefeito, cujo preço era denominado em JKM. A administração objetivando travar as flutuações do preço do JKM firmou contratos a termo de JKM. A cobertura da volatilidade dos preços das compras previstas de JKM estavam de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração.

É importante ressaltar que a Companhia adotava um intervalo de cobertura que visava absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição overhedge e especulativa.

Dada a existência da relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge, uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities correspondiam os termos do contrato de compra de Gás Natural liquefeito (termos críticos). A Companhia estabeleceu um índice de cobertura de hedge de 1:1 para as relações de hedge, já que o risco subjacente dos contratos a termo de JKM seriam idênticos aos componentes de risco protegidos.

Em 26 de setembro de 2023, devido a alteração da modalidade do contrato CER 446/21, que transformou a operação de geração de energia de inflexível para flexível, levou o encerramento dos 28 contratos restantes de forward de JKM.

b) Risco de USD e Hedge das operações de Swap

As operações de SWAP de USD para R\$, fizeram uma relação de Hedge entre o agregado da exposição para JKM denominado em USD e os Swaps para R\$.

Da mesma forma, como ocorrido na designação dos NDFs de JKM, existiu uma relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge. Uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities (NDFs) correspondiam aos termos do contrato de compra de Gás Natural Liquefeito. Para testar a efetividade do hedge, a Companhia usou o método qualitativo, observando os termos críticos da operação.

Em 26 de setembro de 2023, a Companhia desfez os 28 contratos restantes de forward de SWAP.

c) Operações liquidadas (desfazimento)

Para as operações em aberto e, com a nova modalidade de geração de energia estabelecida no aditivo do contrato CER 446/21, a Companhia obteve a renegociação do contrato de fornecimento de gás natural liquefeito na modalidade Inflexível e, para garantir as obrigações do acordo, celebrou um novo contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, na modalidade flexível, o qual se tratava do motivo principal para a celebração dos contratos de Hedge de JKM e Swap. O rearranjo do contrato com a Petrobras, vinculado ao aditivo do contrato do CER 446/21, fizeram com que a Companhia desfizesse toda a operação instrumento financeiro de Hedge em setembro de 2023.

Os instrumentos financeiros de Hedge da Companhia foram contabilizados de acordo com os saldos apurados entre débitos e créditos (ativos e passivos). O impacto do Hedge no balanço está demonstrado conforme a tabela abaixo.

	Valor justo		
	Classificação do hedge (a)	Hedge ativo	
		31/12/2023	31/12/2022
JKM	FV	-	1.193.606
Moeda estrangeira	CF	-	(234.329)
		-	959.277
Adiantamento de Hedge (NDF) (b)		-	(43.186)
		-	916.091
Circulante		-	398.338
Não circulante		-	517.753

(a) CF: Cash Flow Hedge - Hedge de fluxo de caixa | FV: Fair Value Hedge - Hedge de valor justo.

(b) NDF de JKM do mês 01/2023 recebidas antecipadamente no mês 12/2022.

Saldo dos instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2022	916.091
Variação do valor justo do hedge	(656.933)
Compensação do adiantamento de hedge	43.186
Ganhos reconhecidos no resultado	(302.343)
Saldo dos instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2023	-

d) Movimentação dos Instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2023

<u>Saldos em 31/12/2022</u>	
Variação de valor justo de Hedge	(959.276)
(-) Impostos diferidos	326.154
Saldo final líquido dos derivativos	<u>(633.122)</u>

<u>Variação do valor justo dos derivativos</u>	
Variação de valor justo de Hedge	(656.933)
Derivativos reclassificados para o resultado do exercício	<u>(302.343)</u>
	(959.276)
(-) Impostos diferidos	<u>326.154</u>
Movimento líquido dos derivativos	<u>(633.122)</u>
	<u>_____</u>
Saldo final líquido dos derivativos	<u>_____</u>

11. IMOBILIZADO

O imobilizado de máquinas e equipamentos e edificações são depreciados considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 35 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente. Os móveis e utensílios e veículos são depreciados a 10% e 20%, respectivamente.

Em milhares de reais - R\$	Custo							Total
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Direito de Uso	Em curso	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	196.244	196.244
Adição	-	-	10	-	-	326	104.548	104.884
Transferência	500	34.360	262.526	10	377	-	(297.773)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	500	34.360	262.536	10	377	326	3.019	301.128
Adição	-	-	-	-	-	34	3.111	3.145
Baixa	-	(4.671)	(263)	-	-	-	(6)	(4.940)
Transferência	-	-	84	33	-	-	(117)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	500	29.689	262.357	43	377	360	6.007	299.333

Em milhares de reais - R\$	Depreciação acumulada							Total
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Direito de Uso	Em curso	
Adição	-	(54)	(3.631)	(1)	(53)	(65)	-	(3.804)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(54)	(3.631)	(1)	(53)	(65)	-	(3.804)
Adição	-	(1.230)	(7.268)	(1)	(75)	(72)	-	(8.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(1.284)	(10.899)	(2)	(128)	(137)	-	(12.450)

Valor Contábil líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	196.244	196.244
Saldo em 31 de dezembro de 2022	500	34.306	258.905	9	324	261	3.019	297.324
Saldo em 31 de dezembro de 2023	500	28.405	251.458	41	249	223	6.007	286.883

12. INTANGÍVEL

No intangível estão registrados servidões, software e licença de uso para as máquinas e equipamentos de informática que são amortizados a 20% ao ano e ativo regulatório, amortizado a 3,02% a.a.

Custo			
Em milhares de reais	Software	Outros (a)	Total
Adição	105	17.306	17.411
Saldo em 31 de dezembro de 2022	105	17.306	17.411
Adição	3	13.589	13.592
Saldo em 31 de dezembro de 2023	108	30.895	31.003
Amortização acumulada			
Em milhares de reais	Software	Outros	Total
Adição	(9)	-	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(9)	-	(9)
Adição	(6)	(812)	(818)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(15)	(812)	(827)
<u>Valor contábil líquido</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	96	17.306	17.402
Saldo em 31 de dezembro de 2023	93	30.083	30.176

(a) Registrado em Outros, a prorrogação do contrato pelo Despacho ANEEL 1.873/2022, refere-se a 10 dias de faturamento a ser recebido no final do contrato firmado no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS), amortizado pelo tempo residual de autorização.

13. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Gás canalizado (a)	15.027	179.141
Materiais e serviços para ativo imobilizado (b)	1.464	12.117
Compra de energia e fiança	3.712	1.333
Outros	857	2.797
	<u>21.060</u>	<u>195.388</u>

(a) Redução de consumo do gás natural liquefeito decorrente da mudança na modalidade do contrato estabelecida no Termo Aditivo assinado em 26 de setembro de 2023, passou de inflexível para flexível (disponibilidade).

(b) Em 2022 houve crescente saldo em fornecedores referente a aquisição de materiais e serviços para a composição de máquinas e edificações na UTE Povoação, unitizada no corrente ano.

14. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	4.618	12.668
Contribuição Social	5.788	4.775
COFINS	6.428	-
Outros	1.541	236
	<u>18.375</u>	<u>17.679</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depreciação do ativo imobilizado	31.289	12.652
Ajuste decorrente do "hedge"	-	326.154
	<u>31.289</u>	<u>338.806</u>

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	860.596	79.872
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	292.603	27.157
Bônus e gratificações	952	589
Outros	256	3.976
Imposto de renda e contribuição social	275.174	19.052
Lucro da Exploração (i)	(151.153)	-
Imposto de renda e Contribuição social - corrente	124.021	19.052
Imposto de renda e Contribuição social - diferido	18.637	12.670
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>142.658</u>	<u>31.722</u>
Alíquota efetiva	17%	40%

- (i) Benefício de redução de 75% de alíquota do imposto de renda e adicionais não restituíveis, conforme laudo constituído nº 0065/2018 da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), com período de fruição 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

16. PARTE RELACIONADA

Através da AGE de 24 de outubro de 2022, foi deliberado a redução de capital, no valor de R\$60.000, o qual foi registrado para a liquidação em moeda corrente ao controlador BTG Pactual Holding Participações S.A., e foi liquidado em 4 de janeiro de 2023.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O controlador acionário da Companhia é o BTG Pactual Holding Participações S.A., que detém 100% das ações. O Capital Social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$293.800, dividido em 293.799.900 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

a) Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuídos como dividendos obrigatórios.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios deverão ser autorizados.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	<u>717.938</u>	<u>48.150</u>
Constituição de reserva legal (5%)	(35.897)	(2.407)
Reserva de incentivos fiscais	(151.153)	-
Base de cálculo dos dividendos	<u>530.888</u>	<u>45.743</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	(132.722)	(11.436)
Dividendos intercalares	(325.535)	(8.564)
Dividendos adicionais propostos	72.631	25.743

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou o total dos dividendos de R\$458.257, valor superior ao mínimo obrigatório de R\$132.722 (R\$11.436 em 31 de dezembro de 2022), pois houve a deliberação, no exercício, de dividendos intercalares.

d) Dividendos adicionais propostos

A Companhia destinou em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$72.631 (R\$25.743 em 31 de dezembro de 2022) para dividendos adicionais propostos.

e) Dividendos intercalares

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu dividendos intercalares no valor de R\$325.535 (R\$8.564 em 31 de dezembro de 2022).

f) Outros resultados abrangentes

Em setembro de 2023, a Reserva de Outros Resultados Abrangentes foi revertida no valor de R\$633.122 para o resultado do exercício, visto o desfazimento da operação de Hedge (R\$519.448 em 31 de dezembro de 2022).

g) Reserva de incentivos fiscais

Em 31 de dezembro, o saldo da reserva foi de R\$151.153, constituída pelo lucro da exploração, conforme benefício de redução de 75% de alíquota do imposto de renda e adicionais não restituíveis, conforme laudo constituído nº 0065/2018 da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), com período de fruição 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

h) Dividendos pagos

A Companhia efetuou as liquidações dos valores acima, com base nos atos a seguir:

2023			
	Descrição	Pagamento	Valor
RCA de 31 de março de 2023	Dividendos Adicionais 2022	25/04/2023	25.743
RCA de 31 de março de 2023	Dividendos Intercalares 2023	25/04/2023	24.257
RCA de 31 de março de 2023	Dividendos Intercalares 2023	19/05/2023	40.000
RCA de 31 de março de 2023	Dividendos Intercalares 2023	19/05/2023	29.000
RCA de 21 de setembro de 2023	Dividendos Intercalares 2023	25/09/2023	140.000
RCA de 19 de outubro de 2023	Dividendos Intercalares 2023	06/11/2023	165.000
RCA de 30 de novembro de 2023	Dividendos Intercalares 2023	20/12/2023	60.000
			<u>484.000</u>
2022			
	Descrição	Pagamento	Valor
RCA de 30 de março de 2022	Dividendos Mínimos 2021	12/12/2022	14
RCA de 1º de dezembro de 2022	Dividendos Adicionais 2021	12/12/2022	41
RCA de 1º de dezembro de 2022	Dividendos Intercalares 2022	02/12/2022	20.000
			<u>20.055</u>

18. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilização energia de reserva - PCS (a)	1.195.044	501.777
Disponibilização energia - MCP	4.771	-
Suprimento de energia elétrica	(13.206)	-
	<u>1.186.609</u>	<u>501.777</u>
Impostos sobre serviços	(109.726)	(44.900)
Encargos do consumidor	(11.055)	(4.353)
	<u>(120.781)</u>	<u>(49.253)</u>
	<u>1.065.828</u>	<u>452.524</u>

- (a) Receita gerada pela companhia através dos termos do Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 446/21, com o início da operação em 23 de julho de 2022. No ano de 2023 a Companhia registrou a totalidade de sua receita anual.

19. CUSTO SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compra de gás (a)	(464.631)	(572.629)
Resultado com derivativos - "Hedge" (b)	302.343	342.358
Serviços de terceiros	(21.596)	(11.548)
Depreciação	(9.357)	(3.683)
Pessoal	(2.470)	(1.235)
Tributos	(1.087)	(781)
Materiais	(2.883)	(653)
Seguros	(1.117)	(461)
Aluguéis	(112)	(35)
	<u>(200.910)</u>	<u>(248.667)</u>

- (a) Em 26 de setembro de 2023, pela alteração do contrato CER 446/21, a modalidade da operação da Companhia mudou de inflexível para flexível, reduzindo o consumo do gás natural liquefeito na operação.
- (b) Refere-se ao resultado com as operações de Hedge para amenizar o efeito das variações das cotações do JKM (valor do gás natural liquefeito no mercado mundial). A operação de Hedge foi realizada até 26 de setembro de 2023, quando ocorreu o desfazimento de toda a operação).

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pessoal	(1.679)	(828)
Serviços de terceiros	(1.524)	(2.297)
Administradores	(4.222)	(1.868)
Aluguéis	(40)	(105)
Depreciação	(107)	(64)
Material	(183)	(55)
Tributos	(15)	(17)
Outros	(102)	-
Multas contratuais e regulatórias (a)	-	(117.208)
	<u>(7.872)</u>	<u>(122.442)</u>

- (a) Multa contratual pela CCEE, no valor de R\$105.587 e multa editalícia pela ANEEL no valor de R\$11.621, em razão do descumprimento do cronograma de implantação do projeto para atendimento ao Procedimento Competitivo Simplificado (PCS).

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e multas	(5.784)	(4.363)
Comissão de fiança	(2.927)	(3.171)
Outras	(504)	(105)
	<u>(9.215)</u>	<u>(7.639)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicação	12.290	6.095
Outras receitas	475	1
	<u>12.765</u>	<u>6.096</u>
Resultado financeiro	<u>3.550</u>	<u>(1.543)</u>

22. HONORÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

O total pago no exercício de 2023, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$1.588 (R\$311 em 31 de dezembro de 2022).

23. CONTINGÊNCIAS

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui as seguintes ações de contingências:

Possível

- Ação trabalhista em razão de responsabilidade solidária ao grupo econômico, movida por pedido de indenização por danos morais, e alegação de doença ocupacional. O valor da causa em 31 de dezembro de 2023 é de R\$50 (R\$30 em 31 de dezembro de 2022).
- Ação trabalhista em razão de responsabilidade solidária ao grupo econômico, movida por pedido de indenização por danos morais, estéticos e materiais. O valor da causa em 31 de dezembro de 2023 é de R\$101.
- Ação administrativa movida pela Prefeitura de Linhares - ES, referente a retenção de ISS sobre a prestação de serviço, cujo fato gerador ocorreu em novembro 2021. A Companhia entende que as retenções e recolhimentos foram devidamente realizados. O valor da causa em 31 de dezembro de 2023 é de R\$227 (retificando, em 31 de dezembro de 2022 o valor da causa foi de R\$227).

- Ação cível em razão de pedido de tutela de evidência e de urgência a fim de que seja assegurado o direito a obtenção da certidão positiva de débitos com efeitos de negativa além da não inscrição dos débitos em órgãos de proteção ao crédito. O valor da causa em 31 de dezembro de 2023 é de R\$10.

24. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros era composta de:

<u>Risco</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Seguro operacional	30/06/2023 a 30/06/2024	USD90.805
Seguro responsabilidade civil geral	27/07/2023 a 30/06/2024	R\$6.000
Riscos ambientais	06/09/2023 a 06/09/2024	R\$20.000
